

A. I. N° - 108529.0015/02-7
AUTUADO - MOVAX MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.
AUTUANTE - GILMÁRIO MACEDO LIMA
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 08.04.03

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0106-02/03

EMENTA: ICMS. 1. LIVROS FISCAIS. FALTA DE EXIBIÇÃO AO FISCO. MULTA. Imputação não elidida. 2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS EFETUADAS POR MICROEMPRESA COMERCIAL VAREJISTA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. De acordo com a legislação da época, a microempresa comercial varejista, ao adquirir mercadorias de outros Estados, deveria efetuar o pagamento do ICMS por antecipação. Como não foi comprovado o recolhimento, é devido o imposto apurado. Corrigidos equívocos no cálculo do imposto. 3. ENTRADA DE MERCADORIA. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Comprovada nos autos a inexigibilidade do imposto, considerando que se trata de empresa inscrita no SIMBAHIA, dispensada de escrituração mercantil, mas houve o cometimento de infração à obrigação acessória vinculada à imputação, sendo devida a multa por descumprimento de obrigação acessória. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 29/11/2002, refere-se a exigência de R\$45.366,86 de imposto, mais multa, tendo em vista que foram constatadas as seguintes irregularidades:

1. Deixou de apresentar os livros, Registro de Inventário e o Livro Caixa, quando regularmente intimado.
2. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS substituto por antecipação, na condição de microempresa comercial varejista, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação, nos meses de agosto, setembro, outubro e dezembro de 1998.
3. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas, período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2000.

O autuado alegou preliminarmente em sua defesa que cumpre rigorosamente suas obrigações, pagando os seus impostos com dificuldades e não entende a autuação fiscal considerando que nenhum prejuízo está causando ao erário estadual. Quanto ao mérito, alegou que faltou bom senso e profissionalismo por parte do autuante, ao desviar documentos da empresa quando os mesmos lhe foram entregue, entendendo que esses documentos deveriam ficar arquivados na empresa para outras fiscalizações, inclusive por outros órgãos. Quanto à primeira infração, disse que concorda pela não apresentação dos livros fiscais por entender que estaria desobrigado de apresentá-los por estar enquadrado no SIMBAHIA. Quanto ao item 02, também concorda com a

irregularidade apontada, discordando apenas do valor encontrado pelo autuante, alegando que não foi abatido o crédito do ICMS nas entradas, apresentando demonstrativo dos valores que considera corretos. Em relação à falta de registro de Notas Fiscais, terceira infração, o defendente discordou da autuação fiscal, argumentando que o autuado está desobrigado de escrituração fiscal, e que ao receber as DMEs de 1999 e 2000, constatou que a contabilista cometeu erro técnico ao lançar todas as compras no item compras de mercadorias do próprio Estado, quando deveria distribuir os valores de acordo com os remetentes das mercadorias de outros Estados. Disse que bastaria intimar a responsável para que efetuasse a necessária correção, e o próprio autuante poderia ter somado as notas fiscais que se encontravam em seu poder, chegando aos valores efetivos de aquisições neste e em outros Estados. Por fim, pede que seja determinada a devolução imediata dos documentos fiscais que estão acostados aos autos e que seja determinada a nulidade do Auto de Infração.

O autuante apresentou informação fiscal, dizendo que em relação à segunda infração, houve erro na elaboração da planilha e realmente, os créditos fiscais não foram abatidos. Por isso, efetuou a necessária correção e anexou aos autos nova planilha com os valores devidos.

Quanto ao terceiro item do Auto de Infração, o autuante informou que os contribuintes inscritos na condição de microempresas estão obrigados a informar o movimento econômico através da DME, inclusive quanto ao estoque inventariado no final de cada exercício e a partir de janeiro de 2000, escriturar o Registro de Inventário. Disse que o trabalho realizado foi confrontar as informações prestadas com os documentos apresentados, e com base nesta análise foi constatado que houve omissão de saídas. Quanto aos valores declarados nas razões de defesa, disse que o autuado não anexou nenhum documento fiscal para comprovar as suas alegações.

Intimado a tomar conhecimento da informação fiscal prestada pelo autuante, o contribuinte apresentou petição de fl. 344 do PAF, alegando que as notas fiscais anexadas aos autos poderiam ser cópias autenticadas e devolvidos os originais, e que em relação às DMEs de 1999 e 2000, o autuante deveria intimar a empresa para fazer as necessárias correções. Disse que confirma as razões de defesa da inicial, e pede que seja considerado nulo ou improcedente o Auto de Infração.

Nova informação fiscal foi prestada à fl. 348, em que o autuante disse que nada foi trazido aos autos que não tenha sido analisado anteriormente.

VOTO

O primeiro item do Auto de Infração refere-se à multa de R\$80,00 pela falta de exibição ao fisco de livros fiscais solicitados através de intimação, tendo o contribuinte informado que acata a multa aplicada, reconhecendo o seu entendimento equivocado de que estaria desobrigado de apresentar os livros solicitados, por estar enquadrado no SIMBAHIA.

Considero procedente o primeiro item do Auto de Infração, não impugnado, tendo em vista que não existe controvérsia, sendo acatado pelo autuado.

O segundo item do Auto de Infração, trata da falta de recolhimento do ICMS substituto por antecipação, na condição de microempresa comercial varejista, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, nos meses de agosto, setembro, outubro e dezembro de 1998.

A legislação vigente à época, estabelecia em relação às microempresas comerciais varejistas que na aquisição de mercadorias em outros Estados, não tendo havido retenção na fonte pelo remetente, ou tendo esta sido feita a menos, deveriam efetuar o recolhimento da antecipação do

imposto até o dia dez do mês subsequente ao da sua entrada no seu estabelecimento. Por isso, constata-se que o imposto reclamado no presente processo está amparado na legislação, conforme art. 371, alínea “b”, do RICMS/97, dispositivo vigente à época dos fatos apurados.

O autuado contestou a exigência fiscal, e o autuante reconheceu que houve equívoco na apuração do imposto, conforme alegado nas razões de defesa, haja vista que não foram considerados os créditos fiscais. Por isso, o autuante refez os cálculos, conforme demonstrativo que anexou aos autos, à fl. 324, e não houve qualquer contestação pelo autuado, que foi intimado a tomar conhecimento quanto aos novos valores apurados. Assim, considero que subsiste em parte a exigência fiscal, de acordo com o imposto apurado à fl. 324 do PAF.

A terceira infração se refere a omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não contabilizadas, no período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2000, sendo alegado pelo defendente, que o autuado está desobrigado de escrituração fiscal, e que ao receber as DMEs de 1999 e 2000, constatou que a contabilista cometeu erro técnico ao lançar todas as compras no item compras de mercadorias do próprio Estado, quando deveria distribuir os valores de acordo com os remetentes das mercadorias de outros Estados.

De acordo com o art. 408-C, inciso VI, alínea “a”, do RICMS/97, os contribuintes inscritos no SIMBAHIA são obrigados ao cumprimento da obrigação acessória relativa à escrituração do Livro Registro de Inventário em substituição à apresentação de escrita mercantil, e do Livro Caixa, tratando-se de empresas de pequeno porte e microempresas com Receita Bruta Ajustada superior a R\$30.000,00 (redação dada pela Alteração nº 15 do RICMS/97, Decreto 7.729/99, efeitos a partir de 01/01/2000). Assim, constata-se que não existe obrigatoriedade de escrituração mercantil para empresas do SIMBAHIA, e por isso, não há possibilidade de comprovação de que houve entradas de mercadorias não contabilizadas no exercício de 1999. Torna-se exigível o imposto apurado somente no exercício de 2000, considerando a dispensa vigente anteriormente quanto à escrituração para a empresa inscrita no SIMBAHIA.

Constata-se que houve omissão de dados ou declaração incorreta de dados na DME de 1999, fato reconhecido pelo autuado em suas razões de defesa, cuja irregularidade é punível com a multa de R\$120,00, conforme previsto no art. 42, inciso XVIII, alínea “c”, da Lei nº 7.014/96, alterada pela Lei nº 7.753 de 13/12/2000. Assim, de acordo com o art. 157 do RPAF/99, no caso de insubsistência de infração quanto à obrigação principal, sendo comprovado o cometimento da infração a obrigação acessória, é cabível aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória.

Entendo que é procedente a exigência do imposto apurado neste item 03 do Auto de Infração somente quanto ao exercício de 2000, conforme quadro abaixo:

IN FRA ÇÃO	DATA DE OCORRÊNCIA	DATA DE VENCIMENTO	BASE DE CÁLCULO	ALÍQ. %	VALOR DO DÉBITO R\$
3	31/01/00	09/02/00	6.318,76	17%	1.074,19
3	28/02/00	09/03/00	15.708,52	17%	2.670,45
3	31/03/00	09/04/00	4.685,76	17%	796,58
3	30/04/00	09/05/00	1.052,35	17%	178,90
3	31/05/00	09/06/00	8.500,64	17%	1.445,11
3	30/06/00	09/07/00	15.651,76	17%	2.660,80
3	31/07/00	09/08/00	8.583,76	17%	1.459,24
3	31/08/00	09/09/00	7.972,11	17%	1.355,26
3	30/09/00	09/10/00	9.469,47	17%	1.609,81

3	31/10/00	09/11/00	18.945,94	17%	3.220,81
3	30/11/00	09/12/00	5.694,47	17%	968,06
3	31/12/00	09/01/01	6.785,35	17%	1.153,51
T O T A L			-	-	18.592,72

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, considerando as alterações realizadas nos cálculos da infração 02, e a insubsistência da exigência de imposto, com aplicação de multa referente ao exercício de 1999, item 03, ficando alterado o total do débito, conforme quadro abaixo:

INFRAÇÃO Nº	DECISÃO DA JJF	IMPOSTO	MULTA	T O T A L
01	PROCEDENTE	-	80,00	
02	PROCEDENTE EM PARTE	1.509,52	-	
03	PROCEDENTE EM PARTE	18.592,72	120,00	
-	-	20.102,24	200,00	20.302,24

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 108529.0015/02-7, lavrado contra **MOVAX MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 20.102,24**, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 50% sobre R\$1.509,52, prevista no art. 42, inciso I, alínea “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96 e 70% sobre R\$18.592,72, prevista no art. 42, inciso III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes, além da multa no valor de **R\$200,00**, prevista no art. 42, incisos XVIII, alínea “c”, XX, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de abril de 2003.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR